DIREITOS HUMANOS E RESSOCIALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direitos Humanos e Ressocialização foi idealizado visando compreender os Direitos Humanos e Ressocialização sob uma perspectiva moderna e interdisciplinar, tem como objetivo ampliar e desenvolver os conhecimentos obtidos na graduação, focando a área de relações de consumo em seus aspectos interdisciplinares. Neste sentido, é necessário proporcionar aos estudiosos e profissionais de Direito e de áreas afins um espaço de reflexão haja vista sua experiência e reconhecido corpo docente nas diversas áreas do Direito, em especial sobre Direitos Humanos e Ressocialização. Trata-se de um ramo cujo objeto de estudo é extenso e que exige constante atualização, já que a hermenêutica normativa pelos tribunais e pelas instâncias é muito dinâmica.

OBJETIVO

Subsidiar a construção de uma leitura histórica, sistemática e interdisciplinar dos direitos humanos e das questões étnico-sociais como conteúdo de ação pedagógica e política, através do estudo da história, das concepções, dos fundamentos e das metodologias a ela ligadas na perspectiva da gestão e educação, especializando-os em Direitos Humanos e Ressocialização.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
4711	Direitos Humanos e Ressocialização	45

APRESENTAÇÃO

Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Cidadania enquanto fenômeno jurídico direitos humanos e Constituição. Cidadania, Direitos Humanos e Democracia. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania e meio ambiente. Pluralismo, tolerância e cidadania.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar Cidadania enquanto fenômeno jurídico direitos humanos e Constituição;
- Definir Cidadania, Direitos Humanos e Democracia;
- Saber a importância da Cidadania e meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITOS HUMANOS E RESSOCIALIZAÇÃO CONTEXTO E DEFINIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS TRATADOS COSTUME DECLARAÇÕES, RESOLUÇÕES ETC. ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS HISTÓRIA DAS DECLARAÇÕES DE DIREITOS DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA VIRGÍNIA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DISTINTOS TEORIA DA LEI NATURAL TEORIA DO DIREITO NATURAL TEORIA DOS DIREITOS DO HOMEM CRÍTICAS À DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANO A FUNÇÃO DO ESTADO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO EDUCAÇÃO E PRISÃO TRABALHO E PRISÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RANGEL, Paulo. Curso de direito processual penal. 11ª Ed. Lumen Juris Ltda, 1997.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado. Direitos Humanos e Cidadania. 3º ed. ver. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. Volume 1,Millennium; 3ª Ed. 2009.

MASSON, Cleber. Direito penal. 11ª Ed. Forense Ltda, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 7ª Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 2011.

PERIÓDICOS

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando e DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. Tempo soc. [online]. 2013, vol.25, n.1, pp. 61-82. ISSN 0103-2007.

74	**Ética Profissional**	**30**

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**30**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4712	Políticas e Programas para Infância e Juventude	60

APRESENTAÇÃO

Políticas e Programas Governamentais; Origem da “política pública”; Políticas públicas no Estado de bem-estar social; Políticas públicas para as minorias; O ciclo das políticas públicas; O programa no planejamento governamental; Avaliação de políticas e programas governamentais; Breve História da Proteção À Criança e ao Adolescente; Os Códigos de Menores de 1927 e 1979; A Constituição Federal de 1988 –de menor a cidadão; Os sistemas brasileiros de assistência: LOAS, SUAS, Bolsa Família e afins; A Doutrina Jurídica para proteção à criança e ao adolescente; Política Nacional Da Juventude; Benefícios diretos e Sistema Nacional de Juventude.

OBJETIVO GERAL

Compreender Políticas e Programas para Infância e Juventude.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer Políticas públicas no Estado de bem-estar social;
- Saber a Avaliação de políticas e programas governamentais;
- Definir A Constituição Federal de 1988 –de menor a cidadão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O PERCURSO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE PROTEÇÃO INTEGRAL GESTÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA PREVENÇÃO ÀS MEDIDAS PROTETIVAS E SOCIOEDUCATIVAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. UNESCO, BID, 2002. ALCANTÂRA DEL-CAMPO, Eduardo Roberto;

OLIVEIRA, Thales Cezar de. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARREIRA, Wilson, BRAZIL, Paulo Roberto Grava. O Direito do Menor na nova Constituição. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, Alysson et al. Políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CURY, Munir. (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

PERIÓDICOS

LISBOA, Antônio Adolfo. O adolescente perante a legislação brasileira. Revista LTr. São Paulo: LTr, p.329, v. 58, mar., 1994.

4714	Tópicos Especiais do Direito de Família	60

APRESENTAÇÃO

Direito das Famílias. Conceito e tipicidade das formas de família. A família e o pensamento civil-constitucional. A família matrimonializada. O casamento: planos da existência, validade e eficácia. Invalidade do Casamento: Nulidade e anulabilidade. A família não matrimonializada. União Estável x Concubinato. União. Homossexual. Parentalidade e genética. Situação dos filhos. Autoridade Parental. Regime de bens. Alimentos. Guarda, Adoção, Tutela e Curatela. Sucessão legal e sucessão testamentária. Dissolução do casamento: Divórcio. Aspectos processuais no direito de família. A família e seus reflexos na ordem internacional.

OBJETIVO GERAL

Saber identificar a importância do Direito das Famílias, conceitos e tipicidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber os Fundamentos constitucionais gerais do direito de família;
- Identificar os Fundamentos específicos do direito de família;
- Explicar Planejamento familiar - art. 1.565, § 2.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

VISÃO GERAL DO DIREITO DAS FAMÍLIAS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DO DIREITO DE FAMÍLIA ESTÁVEL – ARTS. 1.723 A 1.727 RELAÇÕES DE PARENTESCO DA RETROSPECTIVA DA REDAÇÃO INICIAL ATÉ FINAL DO ART. 1.593 DO PARENTESCO CONSANGUÍNEO OU NATURAL DA RETROSPECTIVA REFERENTE AO PARENTESCO CIVIL DO PARENTESCO CIVIL DEFINIDO NO ART. 1.593 DA AFINIDADE DECORRENTE DA UNIÃO ESTÁVEL AFINIDADE ESTAR LIMITADA NA LEI DOS EFEITOS DA AFINIDADE DA AFINIDADE SER PARENTESCO OU NÃO DOS LIMITES DA AFINIDADE NA LINHA RETA E NA COLATERAL – ART. 1.595, § 1º..... 101 DA AFINIDADE SE ESTABELECER NA LINHA RETA E NA COLATERAL, CONTADA EM GRAUS EM SIMETRIA COM O CASAMENTO CIVIL DOS GRAUS NA AFINIDADE. DA EXTINÇÃO DA AFINIDADE – ART. 1.595, § 2º DA RETROSPECTIVA DO ARTIGO 1.595, § 2º DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO DE AFINIDADE E DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS. QUADRO DE PARENTESCO QUADRO DA AFINIDADE NA LINHA COLATERAL CASAMENTO - ARTS. 1.511 A 1.570 DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO – ARTS. 1.521 A 1.524 CASAMENTO DE BRASILEIRO COM BRASILEIRO OU BRASILEIRO COM ESTRANGEIRO, NO EXTERIOR DISTINÇÃO ENTRE INEXISTÊNCIA E NULIDADE DOS EFEITOS PATRIMONIAIS E DAS PERDAS PATRIMONIAIS – ARTS. 1.561 E 1.564 DOS EFEITOS DA SENTENÇA QUE DECRETA A INVALIDADE DO CASAMENTO – ART. 1.563 DO PROCESSO DE INVALIDADE DO CASAMENTO DA SEPARAÇÃO DE CORPOS – ART. 1.562 DA EFICÁCIA DO CASAMENTO - ARTS. 1.565 A 1.570, CC DA ALTERAÇÃO DO NOME - ART. 1.565, § 1O PLANEJAMENTO FAMILIAR - ART. 1.565, § 2 DOS DEVERES DE AMBOS OS CÔNJUGES - ART. 1.566 DA DIREÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL - ART. 1.567 DO SUSTENTO DA FAMÍLIA CABER A AMBOS OS CÔNJUGES - ART. 1.568 DO DOMICÍLIO CONJUGAL - ART. 1.569 DA EXCEPCIONAL DIREÇÃO DA FAMÍLIA E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS POR UM SÓ DOS CÔNJUGES - ART. 1.570 DIREITOS E DEVERES DE AMBOS OS CÔNJUGES DIREITOS E DEVERES DOS PAIS PARA COM OS FILHOS (ARTS. 227 E 229 DA CF; LEI N. 8.069/90)

REFERÊNCIA BÁSICA

CARTER, Betty (orgs). As mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 3. ed. São Paulo: RT, 2006.

LINHARES, Maria do Socorro Carneiro; OLIVEIRA, Eliany Nazaré. Trabalho do Enfermeiro na Atenção à Saúde do Homem no Território da Estratégia Saúde da Família. Revista Eletrônica Gestão e Saúde,4, jan. 2013, p.1752.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias: de acordo com a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha e com a Lei n. 11.441/07 – Lei da separação, divórcio e inventário extrajudiciais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

GOMES, O. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Direito de Família. Vol. 06. 9 ed. São Paulo. Saraiva: 2012. MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

LÔBO, Paulo. Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

PERIÓDICOS

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil brasileiro. 5. v. Direito de Família. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

4717	Direitos dos Idosos: Princípios e Políticas	45

APRESENTAÇÃO

O curso compreende as principais alterações biopsicossociais decorrentes do envelhecimento; processo de envelhecimento, considerando os principais agravos e os determinantes socioculturais, econômicos, biológicos e familiares.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os Direitos dos Idosos: Princípios e Políticas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar a política nacional de atenção integral à saúde do idoso;
- Avaliar um idoso em sua fase terminal;
- Identificar unidades geriátricas de pacientes com doenças agudas e /ou crônicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO PROBLEMAS PERTINENTES DO ENVELHECIMENTO POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO IDOSO VISITAS DOMICILIARES E AS CASAS DE REPOUSO VISITAS DOMICILIARES CASAS DE REPOUSO ATIVIDADES NA VIDA DIÁRIA A FAMÍLIA NO ESTÁGIO TARDIO DA VIDA O IDOSO DÁ CONTA DE SE CUIDAR SOZINHO? LAZER AMIGOS E OUTRAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS IDOSO E FASE TERMINAL IATROGENIA UNIDADES DE SAÚDE E CUIDADOS CONTINUADOS UNIDADES GERIÁTRICAS DE PACIENTES COM DOENÇAS AGUDAS E /OU CRÔNICAS O CUIDADOR DE IDOSOS A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

REFERÊNCIA BÁSICA

MARGIS, Regina. CORDIOLI, Aristide Volpato. OSORIO, Cláudio Maria da Silva. Adultos Jovens, seus Scripts e Cenários. IN. In: EIZIRIK, C. L.; KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A. M. S. O. (orgs) Ciclo de Vida Humana: uma perspectiva psicodinâmica. Porto Alegre: Artmed, 2001. MORAES, Edgar Nunes. Atenção à saúde do Idoso: Aspectos Conceituais. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. VEGA, José Luis; BUENO, Belén; BUZ, José. Desenvolvimento cognitivo na idade adulta e na velhice. IN. COLL, César; MARCHESI, Alvaro; PALÁCIOS, Jésus & Colaboradores. 46 Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia Evolutiva. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Aline Branco Amorim de; AGUIAR, Maria Geralda Gomes. O cuidado do enfermeiro ao idoso hospitalizado: uma abordagem bioética. Revista bioética (Impr.) 2011.

BRADT, Jack O. Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. IN. McGOLDRICK, Monica; CARTER, Betty (orgs). As mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Envelhecer com Dignidade, um Direito Humano Fundamental. SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007. BRASIL. Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Portaria nº 2.528. Brasília, 19 de outubro de 2006.

PERIÓDICOS

LINHARES, Maria do Socorro Carneiro; OLIVEIRA, Eliany Nazaré. Trabalho do Enfermeiro na Atenção à Saúde do Homem no Território da Estratégia Saúde da Família. Revista Eletrônica Gestão e Saúde,4, jan. 2013, p.1752

4596	Direitos Fundamentais do Ser Humano	45

APRESENTAÇÃO

Estudo da centralidade dos direitos humanos e fundamentais: Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) Estado. Constitucionalização simbólica. Constituições garantia, balanço e dirigente. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Federação. O Poder executivo.

OBJETIVO GERAL

Promover uma discussão histórico metodológica sobre os direitos fundamentais do ser humano.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar o estudo da centralidade dos direitos humanos e fundamentais;

• Compreender os conceitos de constituição e constitucionalismo;

• Identificar os direitos e garantias fundamentais do ser humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(NEO)CONSTITUCIONALISMO CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO PODER EXECUTIVO DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS GRADUALISMO EFICACIAL DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS EFICÁCIA HORIZONTAL DOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DIREITOS HUMANOS – A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO MEDIDAS DE PROTEÇÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA - LEI Nº. 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006

REFERÊNCIA BÁSICA

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a eficácia de suas normas–limites e possibilidades da constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BELLO, José Maria. Direito constitucional e teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1989.

BATTAGLIA, Felice. Curso de filosofia del derecho.Madrid, 1951, v.2 BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

SBARDELOTTO, Fábio Roque. Direito penal no estado democrático de direito: perspectivas (re)legitimadoras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

PERIÓDICOS

GOMES, Luiz Flávio; Mazzuoli, Valério de Oliveira. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José da Costa Rica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4719	**Direito Constitucional e Legislação Social**	**30**

APRESENTAÇÃO

Normas que regulamentam as relações sociais. Conceito básico de direito. O direito e a moral. Norma jurídica. Características das normas jurídicas. Sujeitos da relação jurídica. Estrutura das normas jurídicas de conduta. Classificação das normas jurídicas. Quanto à natureza. Divisão da norma jurídica. Hierarquia das normas jurídicas. Direito positivo.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer o Direito Constitucional e Legislação Social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Descrever os Sujeitos da relação jurídica;
- Argumentar as Estrutura das normas jurídicas de conduta;
- Diferenciar as Classificação das normas jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES REGRAS CONSTITUCIONAIS O PODER CONSTITUINTE EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS TEORIA GERAL DO DIREITO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS FORMAS DE GOVERNO OS SISTEMAS DE GOVERNO REGIMES POLÍTICOS DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS PRINCÍPIOS OS TRÊS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES A SEPARAÇÃO DOS PODERES PROCESSO LEGISLATIVO HIERARQUIA DAS LEIS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA A TRIBUTAÇÃO E O ORÇAMENTO ESPÉCIES DE TRIBUTOS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS ATIVIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA, A DEFESA E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO ESTADO POLÍTICA URBANA A DEFESA DO ESTADO AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS SEGURANÇA PÚBLICA ELEMENTOS BÁSICOS QUE CONSTITUEM A SEGURIDADE SOCIAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE COMUNICAÇÃO SOCIAL FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, ÍNDIOS E IDOSOS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009. BASTOS, Aurélio Wander. Conflitos Sociais e Limites do Poder Judiciário. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Juspodivm, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina.

FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional. Forense, Rio de janeiro, 2013. LOCHE, Adriana; FERREIRA, Helder; SOUZA, Luis; IZUMINO, Wânia. Estudos de Sociologia, Direito e Sociedade, Porto Alegre, 1999.

PERIÓDICOS

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. A Segurança Pública na Constituição, Revista de Informação Legislativa, n. 109, Brasília, Rio de Janeiro, 1991

4718	**Direitos Humanos, Ética e Cidadania**	**45**

APRESENTAÇÃO

Conceituação de ética. Conceituação de cidadania em seus diferentes aspectos. Implicações culturais associadas à cidadania e ética. Exigências individuais e sociais da cidadania. Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos. Diferenciação entre ética e moral. Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural.

OBJETIVO GERAL

Saber a Conceituação de cidadania e ética em seus diferentes aspectos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Caracterizar as Implicações culturais associadas à cidadania e ética;
- Definir os Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos;
- Explicar a Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIDADANIA CIDADANIA DOS ANTIGOS CIDADANIA NA GRÉCIA: "... O CORAÇÃO DA INVENÇÃO POLÍTICA" CIDADANIA NA IDADE MÉDIA: A DECADÊNCIA DA LIBERDADE CIDADANIA: UMA IDEIA MODERNA O (RE) VOLTA DA CIDADANIA: CONTEXTO HISTÓRICO OS ASPECTOS ÉTICOS E MORAIS VINCULADOS À CIDADANIA CIDADANIA: UMA PRÁTICA À DERIVA DO MERCADO? ALGUNS ASPECTOS DA CIDADANIA NO BRASIL CIDADANIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO A CARA DA CONSTITUIÇÃO A CONSTITUIÇÃO SOBERANIA POPULAR E SUFRÁGIO UNIVERSAL O PLEBISCITO A INICIATIVA POPULAR DISPOSITIVOS EXTRAS DIREITOS HUMANOS E SEU DESENVOLVIMENTO: UM BREVE PANORAMA CONCEITOS DA ÉTICA FILOSOFIA DO AGIR HUMANO RELAÇÕES SOCIAIS ATIVIDADE VOLUNTÁRIA ÉTICA E SISTEMA ECONÔMICO ÉTICA E MEIO AMBIENTE CÓDIGOS DE ÉTICA A ÉTICA E SUAS RELAÇÕES UNIVERSAIS COM O MUNDO DO TRABALHO PARADIGMAS DA ÉTICA DEVERES PROFISSIONAIS COMPETÊNCIAS ÉTICAS.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANGEL, Rodrigo Luno. Ética general. 4. ed. Eunsa Ediciones Universid de Navarra: Editora Casa dos Livros S.A, 2001.

ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. Fundamentos da ética empresarial e econômica. São Paulo: Atlas, 2001 HERKENHOFF, João Baptista. Direitos Humanos: uma idéia, muitas vozes. 3. ed. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AQUINO, J. G. Do cotidiano escolar, ensaios sobre ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J. R. Ética profissional é compromisso social. v. XLI. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.

GONÇALVES, Maria H. B. & WYSE, Nely. Ética & trabalho. Rio de Janeiro-RJ: Editora Senac Nacional: 1997.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estud. Avançados. p. 11(30):55-65, maio-agosto, 1997.

ZAJDSZNAJDER, L. Ser ético no Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

PERIÓDICOS

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando e DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. Tempo soc. [online]. 2013, vol.25, n.1

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso é destinado aos profissionais graduados em cursos da área do Direito e do Serviço Social e de outras e demais interessados no estudo dos Direitos Humanos e Ressocialização.